

Entrelaçando

Revista Eletrônica de Culturas e Educação
N. 6 • V. 1 • p. 1-10 • Ano III (2012) • Set.-Dez • ISSN 2179.8443

Caderno Temático IV

Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial

EDUCAÇÃO DO CAMPO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: reflexões e proposições.

Edinéia Oliveira dos Santos¹

Márcia Luzia C. Neves²

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

RESUMO

O presente artigo traz reflexões teóricas acerca do debate em torno da Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial. A metodologia utilizada foi estudos bibliográficos a fim de problematizar as temáticas em estudo. Abordamos a Educação do Campo como uma concepção de educação elaborada pelos trabalhadores do campo, formulada como resultado das lutas desses trabalhadores organizados em movimentos sociais populares, com a finalidade de constituir uma educação voltada ao contexto campestre. Trazemos o conceito de Desenvolvimento Territorial como uma totalidade, em que se desenvolvem todas as dimensões: política, social, cultural, ambiental e econômica. Para compreendermos o Campo como um território, a Educação precisa ser pensada para o seu desenvolvimento. Para tanto, a Educação do Campo se afirma na defesa de um país vinculado à construção de um projeto de desenvolvimento, no qual a educação é uma das dimensões necessárias para a transformação da sociedade atual. Sendo a escola um espaço de análise crítica para que se levantem as bases para a elaboração de outra proposta de educação e de desenvolvimento territorial.

Palavras chave: Educação do Campo. Escola do Campo. Desenvolvimento Territorial.

ABSTRACT

This article presents theoretical reflections about the debate on Rural Education and Territorial Development. The methodology has been bibliographic studies in order to discuss the issues under

¹ Especialista em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro – UFRB/CFP. Licenciada em Pedagogia pela UFRB/CFP. Docente dos anos iniciais do Ensino Fundamental I. neia.oliver@yahoo.com.br

² Mestre em Botânica UEFS. Licenciada em Ciências Biológicas pela UFBA. Professora convidada da UFRB/CFP. Professora de Biologia do Ensino Médio, Secretária de Educação do Estado da Bahia. marcialuzia2005@yahoo.com.br

study. We approach the Field Education as a concept of education prepared by field workers, formulated as a result of the struggles of these workers organized into popular social movements, in order to provide an education to the rural context. We bring the concept of Territorial Development as a whole, which develop in all dimensions: political, social, cultural, environmental and economic. However, to understand the field as a territory, Education must be considered for its development. Therefore, the Field Education stated in defense of a country linked to the construction of a development project, in which education is one of the dimensions necessary for the transformation of society. Since school a space for critical analysis to stand the foundations for other proposed education and territorial development.

Keywords: Rural Education. School Field. Territorial Development.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo promover uma breve discussão teórica entre dois conceitos aqui consideramos extremamente relevantes para se pensar um novo projeto de campo, Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial.

O presente trabalho é parte da monografia apresentada como requisito do curso de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro, intitulada “Educação Ambiental no Campo: estudo das práticas pedagógicas das escolas inseridas no Programa Despertar, Amargosa-BA³”.

No primeiro momento apresentamos a concepção de Educação do Campo proposta pelos movimentos sociais do campo e suas contribuições para a efetivação de uma educação de qualidade para os povos camponeses. No segundo momento trazemos uma discussão acerca do Desenvolvimento Territorial, mostrando os territórios como espaços geográficos e políticos, onde os sujeitos sociais executam seus projetos de vida para o desenvolvimento. Enfim, tecemos uma breve discussão mostrando uma proposta de educação de qualidade voltada para as necessidades das populações camponesa aliada a um projeto de desenvolvimento territorial.

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação do Campo nasceu das lutas dos movimentos sociais camponeses, em contraponto à Educação Rural. Para Caldart (2009) esse modelo de educação nasceu vinculada aos trabalhadores pobres do campo, aos trabalhadores sem-terra, sem trabalho, dispostos a reagir, a lutar, a se organizar contra situação em que se encontravam ampliando o olhar para o conjunto dos trabalhadores do campo.

Nessa perspectiva, a Educação do Campo é diferente da educação rural, pois é construída por e para os diferentes sujeitos, práticas sociais, territórios e culturas que compõem a diversidade que compõem o campo. Ela se apresenta como uma garantia de ampliação das possibilidades dos camponeses que criarem e recriarem as condições de existência no campo. Portanto, a educação é uma estratégia importante para a transformação da realidade dos sujeitos do campo, em todas as suas dimensões (sociais, ambientais, culturais, econômicas, éticas, políticas).

³ Monografia apresentada em novembro/2012 para obtenção de título de Especialista em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro, pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), *campus* Amargosa, Centro de Formação de Professores (CFP)

O conceito de Educação do Campo vem sendo construído nos movimentos que lutam pela terra de trabalho, organizados na Via Campesina-Brasil. Campo, para esses movimentos, tem uma conotação política de continuidade das lutas camponesas internacionais, explicitado nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do campo, segundo as quais:

A Educação do Campo, que tem sido tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana (Arroyo, Caldart, Molina, p. 176, 2004).

Entendermos por Educação do Campo como uma concepção de educação elaborada pelos trabalhadores do campo, formulada como resultado das lutas desses trabalhadores organizados em movimentos sociais populares, com a finalidade de constituir uma educação voltada ao contexto campestre.

A Educação do Campo propõe uma escola no e do campo, feita pelos sujeitos que nela vivem e trabalham. Esse reconhecimento extrapola a noção de espaço geográfico e compreende as necessidades culturais, os direitos sociais e a formação integral desses sujeitos. No entanto, para garantir o direito de todos os cidadãos, a escola precisa estar onde os indivíduos estão. Por isso, a escola tem que ser construída e organizada no campo. O fato de estar no campo também interfere na produção dos conhecimentos, porque não será uma escola descolada da realidade dos sujeitos. Construir Educação do Campo significa também construir uma escola do campo, significa estudar para viver no campo, buscar desconstruir a lógica de que se estuda para sair do campo (BRASIL, 2003).

De acordo Fernandes, Cerioli e Caldart (2009) a Educação do Campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz.

No paradigma da Educação do Campo, busca-se a superação do antagonismo entre a cidade e o campo, que passam a ser vistos como complementares e de igual valor. Ao mesmo tempo, considera-se e respeita-se a existência de tempos e modos diferentes de ser, viver e produzir, contrariando a pretensa superioridade do urbano sobre o rural e admitindo variados modelos de organização da educação e da escola (BRASIL, 2007). Deste modo, segundo Caldart (2002) a Educação do Campo entende campo e cidade enquanto duas partes de uma única sociedade, que dependem uma da outra e não podem ser tratadas de forma desigual.

Existem dois elementos que fundamentam a Educação do Campo: a superação da dicotomia entre o rural e o urbano; e a necessidade de recriar os vínculos de pertença ao campo. A concretização desses fundamentos, exige a implementação de políticas que compreendam a Educação e a Escola do Campo a partir de alguns princípios citados nos Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo, a seguir⁴:

I. A Educação do Campo de qualidade é um direito dos povos do campo.

⁴ O documento Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo traz os princípios em tópicos com explicações e orientações. Por ser abrangentes iremos apenas citá-los e discuti-los brevemente ao longo do texto, principalmente os tópicos que dialogam com o tema em estudo.

- II. A Educação do Campo e o respeito às organizações sociais e o conhecimento por elas produzido.
- III. A Educação do Campo no campo.
- IV. A Educação do Campo enquanto produção de cultura.
- V. A Educação do Campo na formação dos sujeitos.
- VI. A Educação do Campo como formação humana para o Desenvolvimento Sustentável.
- VII. A Educação do Campo e o respeito às características do Campo.
(Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo - caderno de subsídios, p. 32 -34, 2003).

Nessa perspectiva, a Educação do Campo deve possibilitar vínculos de pertença ao campo, para isso, faz-se necessário que a educação como formação humana deva estimular os sujeitos a capacidade de criar com outros um espaço humano de convivência social desejável. Para isso, a educação como estratégia fundamental para o desenvolvimento sustentável do campo deve se constituir nas políticas públicas como uma ação cultural comprometida com o projeto de reinvenção do campo brasileiro (BRASIL, 2003).

Esse pensamento tem como orientação o cumprimento do direito de acesso universal à educação e a legitimidade dos processos didáticos localmente significados, somados à defesa de um projeto de desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável. Neste projeto de desenvolvimento, a escola do campo tem um papel estratégico (BRASIL, p. 13, 2002).

Os conceitos relacionados à sustentabilidade e à diversidade complementam a Educação do Campo ao preconizarem novas relações entre as pessoas e a natureza e entre os seres humanos e os demais seres dos ecossistemas. Levam em conta a sustentabilidade ambiental, agrícola, agrária, econômica, social, política e cultural, bem como a equidade de gênero, étnico-racial, intergeracional e a diversidade sexual (BRASIL, p. 13, 2002).

A Educação do Campo se contrapõe à educação como mercadoria e afirma a educação como formação humana. O papel da educação também é o de formar sujeitos críticos, capazes de lutar e construir outro projeto de desenvolvimento do campo e de nação (SANTOS, PALUDO, OLIVEIRA, p. 52, 2010,).

Deste modo, a concepção de Educação do Campo estabelece relação entre a educação, a direção do desenvolvimento da agricultura camponesa e do projeto para o Brasil. Ela nasce no bojo do processo de resistência e luta dos camponeses e das camponesas que vivem no/do seu trabalho no campo e também na luta pelo direito à educação (SANTOS, PALUDO, OLIVEIRA, p. 51, 2010).

A Educação do Campo compreende o trabalho como produção da vida, base necessária para pensar a relação sociedade-natureza. É nesta totalidade que a relação educação e trabalho ganha significado e se diferencia da perspectiva do capital. O trabalho não é entendido como ocupação ou emprego, como mercadoria que se denomina força de trabalho. Ele é compreendido como uma

relação social que define o modo humano de existência, que, além de responder pela reprodução física de cada um, envolve as dimensões da cultura, lazer, sociais, artísticas. Em síntese, o trabalho é compreendido como fator de humanização permanente, e é este o sentido que a Educação do Campo busca resgatar. (SANTOS, PALUDO, OLIVEIRA, p. 52, 2010).

Por isso, a Educação do Campo se fundamenta nos princípios da pedagogia socialista que prioriza a formação humana integral e emancipatória, vinculada a um projeto histórico que busque superar a sociedade de classes, a partir da transformação social (SANTOS, PALUDO, OLIVEIRA, 2010, p. 53). Nesse sentido, para que ocorra a transformação social faz-se necessário outro modelo de educacional que trate a educação no contexto do campo.

Ao tratar de educação no contexto do campo é necessário pensar nas possibilidades de conhecer e vivenciar experiências diversas haja vista ser esse um espaço diverso, com várias formas de cultura. Para ela é preciso compreender a educação como os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e na pesquisa, nos movimentos sociais e organização da sociedade civil e nas manifestações culturais, propiciando o desenvolvimento de vários olhares sobre o mundo e as pessoas (SANTOS, PALUDO, OLIVEIRA, 2010).

Conforme explicitado no parecer que embasou as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, “[...] o específico pode ser também como exclusivo, relativo ou próprio de indivíduos [...]” (2004, p. 29). Isso justifica, segundo o mesmo documento, muito mais que o acesso, mas a adaptação delas às necessidades exclusivas, ou seja, específicas do campo. Nessa perspectiva, o currículo da Educação do Campo deve contribuir para que os estudantes reflitam sobre a sua prática, sobre as tradições culturais, as teorias que são expressas, os pressupostos e os interesses a quem servem. Conforme Fernandes,

A Educação do Campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico. Nosso pensamento é defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda: desde a sua realidade. Quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos um não lugar. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e, evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muito a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural. (FERNANDES, p. 67, 2002a).

Para isso, as escolas do campo precisam de uma educação específica, isto é, baseada em um contexto próprio, voltada aos interesses e às necessidades da população que habitam e trabalham nesse ambiente. Não podemos esquecer que a realidade do campo é muito diversificada e, deste

modo, a educação do campo não pode ser idêntica para todos os povos camponeses, mas deve ser articulada às demandas e especificidades de cada comunidade, localidade, território, sem esquecer o global.

Portanto, a produção, a sobrevivência, a permanência, a valorização do campo, politização e outras questões socioculturais, bem como a valorização e preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, são elementos essenciais na composição e estruturação do processo escolar do campo.

Atualmente, os currículos escolares do campo não podem deixar de incluir o estudo sobre as questões de grande importância em nossa sociedade, tais como: questões ambientais, questões agrária e fundiária, sociais, matrizes produtivas, econômicas, políticas, culturais, de poder, de raça, gênero, etnia, sobre tecnologias na agricultura, entre outras. Enfim, é necessário que o currículo de uma escola do campo contemple as relações com o trabalho na terra e trabalhe o vínculo entre educação e cultura, sendo a escola um espaço de desenvolvimento cultural de toda a comunidade.

Portanto, os saberes construídos no contexto das práticas educativas das escolas do campo devem tanto partir da vida dos estudantes quanto voltar-se à ampliação das competências concretas dos estudantes, para que os mesmos intervirem de forma crítica e competente, enquanto agente político responsável pela transformação social da realidade camponesa. Para isso, a Educação do Campo, deve possibilitar aos estudantes, desde as séries iniciais (Ensino Fundamental), a formação de sujeitos críticos, capazes de lutar e construir um projeto de desenvolvimento do campo.

EDUCAÇÃO DO CAMPO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

É fundamental pensar a Educação do Campo para além dos conhecimentos básicos adquiridos na escola, contemplando outras dimensões como econômica, culturais, meio ambiente, política e cidadania. O campo é entendido como o lugar para o exercício de uma dinâmica socioeconômica e territorial, onde as pessoas criam diversas alternativas econômicas, proporcionando uma saída as pressões da globalização. Logo, um território que englobe essas dimensões deve possibilitar a complexidade do desenvolvimento territorial, através da sustentabilidade e soberania alimentar⁵, na utilização de práticas agroecológicas a partir de um projeto de desenvolvimento do campo.

Atualmente fica explícito que existem duas visões/direções de desenvolvimento, que se contrapõem: a do agronegócio, para a qual o campo é ainda um lugar do atraso, que precisa ser modernizado pela agricultura capitalista, que se realiza a partir do trabalho assalariado e do controle

⁵Segurança alimentar é uma política pública aplicada por governos de diversos países que parte do princípio de que todas as pessoas têm o direito à alimentação e que cabe ao Estado o dever de prover os recursos para que as pessoas se alimentem (DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO, p. 714, 2012).

do mercado, e a da agricultura camponesa e dos pequenos produtores, para a qual o campo é lugar de produção de vida/alimentos, culturas e não meramente de produção econômica (SANTOS, PALUDO, OLIVEIRA, 2010).

De acordo com Caldart (2009) os camponeses, organizados nos Movimentos Sociais, resistem a esse projeto de “desenvolvimento rural”, ao modelo tecnológico e às relações sociais e de trabalho que ele impõe. Em seu lugar, os Movimentos trabalham na perspectiva de construção de um “projeto popular de desenvolvimento do campo”, compreendendo, com isso, que a economia e a tecnologia devem estar a serviço do atendimento das necessidades humanas, e não do capital. Existem alguns pontos que devem estar no “projeto popular de desenvolvimento do Campo”, especialmente:

A Soberania Alimentar como princípio organizador de uma nova agricultura, com uma produção voltada para atender as necessidades do povo e com políticas públicas voltadas para esse objetivo; a) a democratização da propriedade e do uso da terra – a Reforma Agrária integral deve voltar à agenda prioritária do país como forma de reverter o processo de expulsão do campo e disponibilizar a terra para a produção de alimentos; b) uma nova matriz produtiva e tecnológica, que combine produtividade do trabalho com sustentabilidade socioambiental, o que inclui a opção pela agroecologia; c) o princípio da cooperação, em lugar da exploração, para organizar a produção; d) a mudança da matriz energética; e) o avanço na organização política, econômica e comunitária dos camponeses e pequenos agricultores (SANTOS, PALUDO, OLIVEIRA, 2010, p. 49).

De acordo com Fernandes (2012a) a educação, cultura, produção, trabalho, infraestrutura, organização política, mercado etc., são relações sociais constituintes das dimensões territoriais. Sendo que, a educação não existe fora do território, assim como a cultura, a economia e todas as outras dimensões. Deste modo, as relações sociais e os territórios devem ser analisados em suas complexidades.

Neste sentido, os territórios são espaços geográficos e políticos, onde os sujeitos sociais executam seus projetos de vida para o desenvolvimento. Os sujeitos sociais organizam-se por meios das relações de classe para desenvolver seus territórios. No campo, os territórios do campesinato e do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes classes e relações sociais (FERNANDES, 2012c).

Para Fernandes (2012b) para pensar o território nesta conjuntura, deve-se considerar a conflitualidade existente entre o campesinato e o agronegócio que disputam territórios. Esses compõem diferentes modelos de desenvolvimento, portanto formam territórios divergentes, com organizações espaciais diferentes, paisagens geográficas completamente distintas. Conforme o autor

(2012b) é importante pensar o desenvolvimento territorial como uma totalidade, em que se desenvolvem todas as dimensões: política, social, cultural, ambiental e econômica, não necessariamente nesta ordem, mas como um conjunto indissociável. Ainda segundo o autor ao compreender o Campo como um território, a Educação precisa ser pensada para o seu desenvolvimento.

A Resolução CNE/CEB 1, de 3/4/2001, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Nessa resolução ressalta importância da educação para o exercício pelo da cidadania e para um desenvolvimento do país que considere a solidariedade e a justiça social, envolvendo as populações rurais e urbanas. Em seu artigo 4º, registra:

O projeto institucional das escolas do campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação escolar com qualidade social, constituir-se-á em um espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável (Arroyo, Caldart, Molina, p. 203, 2004).

Neste sentido, Araújo (2007) reforça que a construção da Educação do Campo e do projeto de desenvolvimento territorial em todas as dimensões humanas e ambientais precisa ser fortalecidos a cada dia. Dessa forma, só tem sentido a Educação do Campo se a mesma estiver sendo implementada junto com um projeto de desenvolvimento do campo e de sociedade que se quer construir, ou seja, é preciso que os movimentos sociais se interroguem cotidianamente sobre estas questões.

A educação para o campo, sob a perspectiva do agronegócio, realmente é uma educação proposta para a formação da força de trabalho e para difundir ideologias, contribuindo para a perpetuação das desigualdades sociais e manutenção da sociedade de classes. Não serviria, dessa maneira, a um projeto de sociedade que atenda aos setores camponeses ou a qualquer outro projeto de sociedade que busque superar as relações capitalistas.

Para Fernandes (2012a) podemos compreender o campo formado por diferentes territórios, que exigem políticas econômicas e sociais diversas. No entanto, a educação é uma política social que tem importante caráter econômico porque promove as condições políticas essenciais para o desenvolvimento. Deste modo, para o desenvolvimento do território camponês é fundamental uma política educacional que atenda sua diversidade e amplitude e entenda a população do campo como protagonista de políticas e não como receptores e ou usuários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação do Campo indica o desafio da construção da escola democrática e popular, uma escola que trabalhe e assuma de fato a identidade do meio na qual está inserida, pensando em um novo projeto de desenvolvimento territorial do campo. Nesse sentido, pensar a escola do campo é compreender o conjunto de transformações que a realidade vem exigindo das questões sociais, ambientais, políticas, culturais e econômicas.

Portanto, a Educação do Campo propõe a defesa de um país vinculado à construção de um projeto de desenvolvimento, no qual a educação de qualidade é uma das dimensões necessárias para a transformação da sociedade atual. Sendo a escola um espaço de análise crítica para que se levantem as bases para a elaboração de outra proposta de educação e de desenvolvimento territorial. Nesse sentido, busca-se desenvolver uma proposta de educação de qualidade voltada para as necessidades das populações camponesa aliada a um projeto de desenvolvimento territorial.

Referências

ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues de. **As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto da luta pela terra**. Tese de doutorado. Salvador: UFBA, 2007.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli; CASTAGNA, Mônica (organizadores). FERNANDES, Bernardo M.; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli S. **Primeira Conferência Nacional “Por Uma Educação Básica do Campo”**, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo: Resolução CNE/CEB**, n. 1, de 3 de abril de 2002. Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>> Acesso em: 13 de agosto 2012.

_____. Ministério da Educação. **Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo. Caderno de subsídios**. Brasília, 2003.

CALDART, Roseli Salete. **Por Uma Educação do Campo: Identidade, e Políticas Públicas**. V. 4. Brasília, 2002.

_____. **O MST e a Formação dos Sem Terra: o Movimento social como princípio educativo**. Disponível em: <http://www.scielo.br> . Acesso em: 28/ 12/2009.

_____. Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; FRIGOTTO, Paulo Alentejano Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Bernardo M. CERIOLI, Paulo R. CALDART, Roseli S. **Primeira Conferência Nacional “Por uma educação básica do campo” texto Preparatório** In: ARROYO, Miguel Gonzalez. CALDART, Roseli Salete. MOLINA, Mônica Castagna (organizadores). **Por uma Educação do Campo**. 4 edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais**. Universidade Estadual Paulista – UNESP . (2012, b) Acessado em 10 de agosto de 2012a. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/artigo_bernardo.pdf>

_____. **Entrando nos territórios do Território.** CNPQ/ UNESP. (2012, a) Acessado em 10 de agosto de 2012b. Disponível: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf>

_____. **Sobre a tipologia de territórios.** (2012 c). Acessado em 10 de agosto. Disponível em: http://www.landaction.org/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIOS.pdf

KOLLING, Edgard Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli.(Orgs). **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas.** Brasília/DF: 2002. Coleção por uma Educação do Campo, n. 4.

SANTOS, Cláudio Eduardo Félix dos; PALUDO, Conceição; OLIVEIRA, Rafael Bastos Costa de. Concepção de educação do campo. In: **Cadernos didáticos sobre educação no campo UFBA.** Universidade Federal da Bahia. 2010. p. 13-65